



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Anexo 12 da Lei 4.320/64

Item 5 da IN TCE - 03/2005

03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Exercício de 2023

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		322.194.864,00	369.494.864,00	394.580.581,17	25.085.717,17
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		316.774.964,00	346.774.964,00	361.767.733,09	14.992.769,09
RECEITA PATRIMONIAL		4.695.922,00	6.195.922,00	15.477.009,13	9.281.087,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		723.978,00	16.523.978,00	17.335.838,95	811.860,95
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	1.101.700,00	1.101.700,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00	1.101.700,00	1.101.700,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS		322.194.864,00	369.494.864,00	395.682.281,17	26.187.417,17
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		322.194.864,00	369.494.864,00	395.682.281,17	26.187.417,17
DÉFICIT		1.491.396,67	1.772.458,32	1.712.661,01	(59.796.711,37)
TOTAL		1.813.591.536,00	2.141.953.176,55	2.108.343.882,35	(33.609.294,20)
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		0,00	164.047.906,70	0,00	(164.047.906,70)
Superávit Financeiro		0,00	164.047.906,70	0,00	(164.047.906,70)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO
EXECUÇÃO DIRETA E DESTAQUE CONCEDIDO		1.813.591.536,00	2.141.953.176,55	2.108.343.882,35	2.106.354.109,70	1.891.099.244,09	33.609.294,20
DESPESAS CORRENTES		1.813.571.536,00	2.141.933.176,55	2.108.343.882,35	2.106.354.109,70	1.891.099.244,09	33.589.294,20
Pessoal e Encargos Sociais		1.487.620.581,00	1.901.342.221,55	1.870.352.669,09	1.870.352.669,09	1.655.134.407,45	30.989.552,46
Outras Despesas Correntes		325.950.955,00	240.590.955,00	237.991.213,26	236.001.440,61	235.964.836,64	2.599.741,74
DESPESAS DE CAPITAL		20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Investimentos		20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS		1.813.591.536,00	2.141.953.176,55	2.108.343.882,35	2.106.354.109,70	1.891.099.244,09	33.609.294,20
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		1.813.591.536,00	2.141.953.176,55	2.108.343.882,35	2.106.354.109,70	1.891.099.244,09	33.609.294,20
TOTAL		1.813.591.536,00	2.141.953.176,55	2.108.343.882,35	2.106.354.109,70	1.891.099.244,09	33.609.294,20

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

Assinado de forma digital por
SUZAN MIRIAN DOS SANTOS GALVÃO;4043
SERIAL:020043
Dados: 2024.03.29 10:30:29 -0400'

SUZAN MIRIAN DOS SANTOS GALVÃO

CONTADOR CRC Nº MT 009310/O-7



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



ANEXO 1 – DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

UO : 03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCICIO : Dezembro/2023

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	0,00	6.101.713,80	2.345.527,10	2.345.527,10	3.756.186,70	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	2.200.000,00	2.158.523,56	2.158.523,56	41.476,44	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	3.901.713,80	187.003,54	187.003,54	3.714.710,26	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	6.101.713,80	2.345.527,10	2.345.527,10	3.756.186,70	0,00

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



ANEXO 2 – DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO

UO : 03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCICIO : Dezembro/2023

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	0,00	77.632.144,91	77.632.144,91	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	77.620.253,34	77.620.253,34	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	11.891,57	11.891,57	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	77.632.144,91	77.632.144,91	0,00	0,00



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



ANEXO 3 – DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS:

UO : 03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO : 2023

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	0,00		0,00		0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT	227.860.000,00		226.460.000,00		226.000.007,88	459.992,12
TOTAL DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	227.860.000,00		226.460.000,00		226.000.007,88	459.992,12
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	227.860.000,00	226.460.000,00	226.000.007,88	226.000.007,88	220.225.328,06	459.992,12
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	227.860.000,00	226.460.000,00	226.000.007,88	226.000.007,88	220.225.328,06	459.992,12
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	227.860.000,00	226.460.000,00	226.000.007,88	226.000.007,88	220.225.328,06	459.992,12
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	227.860.000,00	226.460.000,00	226.000.007,88	226.000.007,88	220.225.328,06	459.992,12



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



ANEXO 4 – DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EXECUTADAS POR DESTAQUE

UO : 03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCICIO: Dezembro/2023

Não houve movimentação no período.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS


ANEXO 5 DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

UO : 03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

PERÍODO: Dezembro/2023

TRANSFERÊNCIAS	TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS
COTAS	1.680.623.610,93
RECEBIDAS	1.680.623.610,93
(-) CONCEDIDAS	0,00
REPASSES	0,00
RECEBIDOS	0,00
(-) CONCEDIDOS	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA RPPS	0,00
RECEBIDOS	0,00
(-) CONCEDIDOS	0,00
SUBTOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS	1.680.623.610,93
DESTAQUES	0,00
RECEBIDOS	0,00
(-) CONCEDIDOS	0,00
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS	1.680.623.610,93



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS

**BALANÇO FINANCEIRO - Exercício de 2023**

Anexo 13 - Lei Complementar 4.320/64

ITEM Nº 4 - IN TCE - 2005

Unidade Orçamentária: 03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária		395.682.281,17	287.109.218,74
Ordinária		20.706.105,41	18.240.763,57
Outros Recursos Não Vinculados		20.706.105,41	18.240.763,57
Vinculada		374.976.175,76	268.868.455,17
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		339.616.022,18	268.868.455,17
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		60.813.932,02	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		278.802.090,16	268.868.455,17
Recursos de Alienação de Bens/Ativos		1.161.593,95	0,00
Outras Destinações de Recursos		34.198.559,63	0,00
Transferências Financeiras Recebidas		1.680.623.610,93	1.428.757.858,01
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.680.623.610,93	1.428.757.858,01
Cota Recebida		1.680.623.610,93	1.428.757.858,01
Recebimentos Extraorçamentários		2.218.427.163,11	1.700.062.942,02
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		1.989.772,65	6.101.713,80
Restos a Pagar não Processados		1.989.772,65	6.101.713,80
Inscrição de Restos a Pagar Processados		215.254.865,61	77.632.144,91
Restos a Pagar Processados		211.339.533,58	76.429.453,89
Consignações Inscritas em RP		3.915.332,03	1.202.691,02
Depósitos Restituíveis de Valores Vinculados		77.110.540,37	28.077.349,79
Depósitos de Diversas Origens		77.110.540,37	28.077.349,79
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.924.071.984,48	1.588.251.733,52
Receita Própria a Receber		32.972.740,39	0,00
Consignações do Exercício		430.998.188,70	375.452.817,54
Despesas Liquidadas a Pagar		1.460.101.055,39	1.212.798.915,98
Saldo em Espécie do Exercício Anterior		282.185.018,01	193.798.121,13
Caixa e Equivalentes de Caixa		282.185.018,01	193.798.121,13
Bancos Conta Movimento		282.185.018,01	193.798.121,13
TOTAL GERAL		4.576.918.073,22	3.609.728.139,90

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Despesa Orçamentária		2.108.343.882,35	1.671.985.592,23
Execução Direta		2.108.343.882,35	1.671.985.592,23
Ordinária		1.766.368.543,75	1.400.402.830,08
Recursos Não Vinculados de Impostos		1.724.013.562,61	1.398.405.876,57
Outros Recursos Não Vinculados		42.354.981,14	1.996.953,51
Vinculada		341.975.338,60	271.582.762,15
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		307.781.178,93	216.297.240,23
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		58.472.736,35	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		249.308.442,58	216.297.240,23
Outras Destinações de Recursos		34.194.159,67	55.285.521,92
Pagamentos Extraorçamentários		2.074.380.848,12	1.655.557.529,66
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		2.345.527,10	189.022,29
Restos a Pagar não Processados		2.345.527,10	189.022,29
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		77.632.144,91	42.499.352,64
Restos a Pagar Processados		76.429.453,89	40.494.698,59
Consignações Inscritas em RP		1.202.691,02	2.004.654,05
Depósitos Restituíveis de Valores Vinculados		70.854.096,77	24.617.421,21
Depósitos de Diversas Origens		70.854.096,77	24.617.421,21
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.923.549.079,34	1.588.251.733,52



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS

**BALANÇO FINANCEIRO - Exercício de 2023**

Anexo 13 - Lei Complementar 4.320/64

ITEM Nº 4 - IN TCE - 2005

Unidade Orçamentária: 03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Própria a Receber		32.449.835,25	0,00
Consignações do Exercício		430.998.188,70	375.452.817,54
Despesas Liquidadas a Pagar		1.460.101.055,39	1.212.798.915,98
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte		394.193.342,75	282.185.018,01
Caixa e Equivalentes de Caixa		394.193.342,75	282.185.018,01
Bancos Conta Movimento		394.193.342,75	282.185.018,01
TOTAL GERAL		4.576.918.073,22	3.609.728.139,90

SUZAN MIRIAN
DOS SANTOS
GALVAO:4043

Assinado de forma digital
por SUZAN MIRIAN DOS
SANTOS GALVAO:4043
Dados: 2024.02.29 10:34:18
+04'00'

SUZAN MIRIAN DOS SANTOS GALVÃO

CONTADOR CRC Nº MT 009310/O-7



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



QUADRO ANEXO - BALANÇO FINANCEIRO - Dezembro/2023

STN/IPC 06

Unidade Orçamentária: 03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Especificação	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo
Ordinária	20.706.105,41	0,00	20.706.105,41	18.240.763,57	0,00	18.240.763,57
Vinculada	374.976.175,76	0,00	374.976.175,76	268.868.455,17	0,00	268.868.455,17
Recursos vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos vinculados à Previdência Social - RPPS	339.616.022,18	0,00	339.616.022,18	268.868.455,17	0,00	268.868.455,17
Recursos vinculados à Previdência Social - RGPS						
Recursos vinculados à Seguridade Social (Assistência)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	35.360.153,58	0,00	35.360.153,58	0,00	0,00	0,00



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE GERENCIAL CONTÁBIL DO ESTADO
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



BALANÇO PATRIMONIAL - Dezembro/2023

Anexo 14 - Lei 4.320/64

Unidade Orçamentária: 03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		394.193.342,75	282.185.018,01
Créditos a Curto Prazo		98.464.633,48	168.421.427,42
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Estoques		765.565,93	7.829.307,83
Ativo Não Circulante Mantido Para Venda		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00
Total do Ativo Circulante		493.423.542,16	458.435.753,26
Ativo Não-Circulante			
Realizável a Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Imobilizado		734.793.658,43	724.933.324,85
Intangível		2.978.109,75	5.812.388,22
Total do Ativo Não Circulante		737.771.768,18	730.745.713,07
TOTAL DO ATIVO		1.231.195.310,34	1.189.181.466,33
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		324.792.405,63	145.449.626,43
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		36.603,97	11.891,57
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		0,00	0,00
Obrigações de Repartições a Outros Entes		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo		21.050.978,18	12.081.893,57
Total do Passivo Circulante		345.879.987,78	157.543.411,57
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Fornecedores a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações de Repartições a Outros Entes		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		550.140.474,14	536.282.627,02
Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante		550.140.474,14	536.282.627,02
TOTAL DO PASSIVO		896.020.461,92	693.826.038,59
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		0,00	0,00
Resultados Acumulados		335.174.848,42	495.355.427,74
(-) Ações/Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido		335.174.848,42	495.355.427,74
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.231.195.310,34	1.189.181.466,33



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREO ESTADUAL - SATE/SEFAZ
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE GERENCIAL CONTÁBIL DO ESTADO
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



BALANÇO PATRIMONIAL - Dezembro/2023

Anexo 14 - Lei 4.320/64

Unidade Orçamentária: 03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (Lei nº 4.320/1964)			
	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)			
Ativo Financeiro		492.614.770,47	450.606.445,43
Ativo Permanente		738.580.539,87	738.575.020,90
Total do Ativo		1.231.195.310,34	1.189.181.466,33
Passivo (II)			
Passivo Financeiro		234.380.284,41	94.613.061,26
Passivo Permanente		663.629.950,16	603.114.691,13
Total do Passivo		898.010.234,57	697.727.752,39
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		333.185.075,77	491.453.713,94

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (Lei nº 4.320/1964)			
	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantias e Contragarantias Recebidas		0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres		0,00	0,00
Direitos Contratuais		0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos		0,00	19.172.090,57
Total dos Atos Potenciais Ativos		0,00	19.172.090,57
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantias e Contragarantias Concedidas		0,00	0,00
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		0,00	0,00
Obrigações Contratuais		0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Passivos		0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos		0,00	0,00

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)			
	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos		158.450.217,83	268.083.982,81
1.501.0000 - Outros Recursos não Vinculados		2.399.030,97	24.047.906,70
1.755.0000 - Recursos de Alienação de Bens - Administração Direta		1.161.593,95	0,00
1.759.0000 - Recursos vinculados a fundos		7.106.072,10	6.578.766,70
1.800.0000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		2.372.851,28	31.655,61
1.801.0000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		86.744.719,93	57.251.072,35
Total das Fontes de Recursos		258.234.486,06	355.993.384,17

SUZAN MIRIAN
DOS SANTOS
GALVAO:4043

Assinado de forma digital
por SUZAN MIRIAN DOS
SANTOS GALVAO:4043
Dados: 2024.02.29
10:35:42 -04'00'

SUZAN MIRIAN DOS SANTOS GALVÃO

CONTADOR CRC Nº MT 009310/O-7



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



Quadro Auxiliar das Notas Explicativas do Imobilizado

1- Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado inicialmente pelo seu custo de aquisição ou construção. O custo de aquisição também inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do item de imobilizado. De acordo com o MCASP - Parte II - Item 5.2, 8ª edição, os bens do ativo imobilizado que não tenham sido adequadamente reconhecidos quando de sua aquisição ou construção, precisam ser avaliados e reconhecidos em atendimento ao disposto no Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIP-CP. Para este fim, uma avaliação foi realizada sobre certas bases de mensuração aplicáveis à natureza dos grupos de ativos. Devido à normatização específica e sobre modelos de mensuração para fins de reconhecimento inicial de ativo imobilizado, o Estado de Mato Grosso quando iniciou o processo de reconhecimento de seu ativo imobilizado em 2016, utilizou como referência a NBC TSP Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, especificamente o Capítulo 7, que trata de Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis. Segundo a NBC TSP, as seguintes bases de mensuração podem ser utilizadas:

- Custo Histórico: é a importância fornecida para se adquirir ou desenvolver um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa ou o valor de outra importância fornecida na época de sua aquisição ou desenvolvimento;
- Valor de Mercado: é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes clientes e dispostas, em transação sob condições normais de mercado;
- Custo de Reposição ou Substituição: é o custo mais econômico exigido para a entidade substituir os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços do ativo;
- Preço Líquido de Venda: é o montante que se pode obter com a venda do ativo após a dedução dos gastos para a venda;
- Valor em Uso: é o valor presente específico à entidade que reflete o montante que pode ser obtido do ativo por meio de sua operação e alienação ao final da vida útil do bem.

As bases de mensuração são identificadas e selecionadas à luz da informação que fornecem sobre o custo de serviços prestados, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade, além da extensão na qual fornecem informação que satisfaça as características qualitativas do ativo. Tendo em vista as características dos bens móveis e ativos de infraestrutura do Estado de Mato Grosso (ativos avaliados), foi adotado Valor de Mercado para itens cujo valor de mercado é verificável por meio de fontes públicas e disponíveis, e Custo de Reposição Depreciado (Custo de Reposição ajustado por um fator de depreciação para refletir a condição de usado do ativo), para ativos de natureza especializada e ativos de natureza não especializada com preço de mercado não verificável.

Todos os ajustes de reconhecimento inicial de ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida ao Patrimônio Líquido como ajuste de primeira adoção. Quando da incorporação de bens obtidos a título gratuito, os mesmos são reconhecidos inicialmente pelo valor apresentado na nota de doação ou, quando nenhum valor ou um valor muito baixo é apresentado na nota de doação, pelo valor de mercado na data de recebimento. Nos casos de transferências de ativos entre unidades, o ativo é reconhecido inicialmente pelo valor contábil líquido da unidade de origem na data da transferência. Após o reconhecimento inicial, os ativos imobilizados de vida útil definida são depreciados de forma linear, em contrapartida às contas de VPD.

Os bens do imobilizado de vida útil indefinida não são depreciados e são reduzidos ao seu valor recuperável, quando aplicável.

O Estado de Mato Grosso no exercício de 2023 iniciou a implantação gradual dos procedimentos de reconhecimento inicial e mensuração de bens móveis e ativos de infraestrutura, bem como de custos subsequentes, revisão periódica de vida útil e valor residual, depreciação e redução ao valor recuperável do imobilizado, de forma a atender aos prazos estabelecidos na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

Para fins de reconhecimento, mensuração e evidência dos bens móveis, o Estado utiliza o sistema SIGPAT, onde os registros analíticos são realizados, sendo os registros contábeis feitos manualmente no sistema FIPLAN através de NLA (Nota de Lançamento Automático), de modo a promover uma gestão eficiente, eficaz e efetiva de seus bens móveis e estoques. O SIGPAT contém dois módulos, um para gestão do almoxarifado e outro para os bens móveis.

Além disso, o Estado de Mato Grosso, em conformidade com o Decreto nº 194/2015, criou o sistema de mensuração de bens móveis, denominado Sistema de Mensuração de Bens Móveis (SMBM). O estado utiliza taxas de depreciação por grupo de bem, conforme Regulamento disposto no decreto 194/2015.

A depreciação é realizada por meio de planilhas manuais devido à ausência no sistema de patrimônio do mecanismo de cálculo da depreciação.

O valor atual dos bens móveis do estado, foram obtidos após ajustes e em consonância com o inventário anual de cada entidade da administração.

A análise comparativa do quadro de bens móveis referentes aos exercícios de 2023 e de 2022 resultou em uma (redução ou ampliação) de R\$ 255.560.576,31 (duzentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos e sessenta mil e quinhentos e setenta e seis reais e trinta e um centavos).

Bens Móveis	exercício atual	exercício anterior
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	11.538,09	0,00
Equipamentos de Comunicação	16.481.242,33	0,00
Veículos	8.444.342,19	0,00
Equipamento de Processamento de Dados	248.981.775,85	0,00
Mobiliário	105.618.477,29	0,00
Armamentos	1.008.605,50	0,00
Livros, Mapas e outras Publicações	60.106,52	0,00
Equipamentos Médicos	746.648,55	0,00
Animais Vivos (Semoventes)	0,00	0,00
(c) Depreciação Acumulada Bens Móveis	218.882.605,16	0,00
Demais Bens Móveis	19.383.321,74	437.414.029,21
Total Geral Bens Móveis	181.853.452,90	437.414.029,21

MTI

27/02/2024 17:11

SuzanGalvão35368

Página: 1 de 2



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



Quadro Auxiliar das Notas Explicativas do Imobilizado

2- Intangível

Os ativos intangíveis são mensurados inicialmente pelo seu custo de aquisição ou desenvolvimento. Quando da incorporação de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, os mesmos são reconhecidos inicialmente pelo valor apresentado no termo de doação ou, quando nenhum valor ou um valor muito baixo é apresentado no termo de doação, pelo valor de mercado na data de recebimento. Nos casos de transferências de ativos entre unidades, o ativo é reconhecido inicialmente pelo valor contábil líquido da unidade de origem na data da transferência. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados mensalmente de forma linear em contrapartida às contas de VPD. Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados. Os ativos intangíveis são reduzidos ao seu valor recuperável, quando aplicável. O Estado de Mato Grosso deverá desenvolver gradualmente os procedimentos de mensuração de ativos intangíveis desenvolvidos internamente, além da revisão periódica de vida útil, valor residual, amortização e redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis, de forma a atender ao prazo estabelecido na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

MTI

27/02/2024 17:11

SuzanGalvão35368

Página: 2 de 2



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Anexo 15 - Lei 4.320/64

Unidade Orçamentária: 03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Exercício de 2023

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		2.400.345.970,51	1.829.569.719,44
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Impostos		0,00	0,00
Taxas		0,00	0,00
Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		329.361.103,60	265.446.140,28
Contribuições Sociais		329.361.103,60	265.446.140,28
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico		0,00	0,00
Contribuições de Iluminação Pública		0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		0,00	0,00
Venda de Mercadorias		0,00	0,00
Vendas de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		15.477.009,13	20.124.621,67
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		15.477.009,13	20.124.621,67
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas		1.919.503.557,09	1.428.757.858,01
Transferências Intragovernamentais		1.713.073.446,18	1.428.757.858,01
Transferências Inter Governamentais		206.430.110,91	0,00
Transferências das Intituições Privadas		0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes		0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		168.005,52	0,00
Reavaliação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Alienação		0,00	0,00
Demais Ganhos com a Incorporação de Ativos		126.529,08	0,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos		41.476,44	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		135.836.295,17	115.241.099,48
VPA a Classificar		0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações		0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		20.143.921,94	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		115.692.373,23	115.241.099,48



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Anexo 15 - Lei 4.320/64

Unidade Orçamentária: 03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Exercício de 2023

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.304.721.139,94	2.289.954.935,91
Pessoal e Encargos	1.550.997.350,98	1.216.458.827,78
Remuneração a Pessoal	1.277.684.742,02	1.009.204.296,90
Encargos Patronais	259.926.350,74	202.921.657,25
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	13.386.258,22	4.332.873,63
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	366.012.730,02	244.436.709,90
Aposentadorias e Reformas	298.696.266,81	202.077.356,13
Pensões	67.316.463,21	42.156.635,55
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	202.718,22
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	76.992.563,50	53.839.437,83
Uso de Material de Consumo	8.475.916,98	7.067.266,75
Serviços	32.474.765,33	20.855.990,26
Depreciação, Amortização e Exaustão	36.041.881,19	25.916.180,82
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	72.956.613,56	767.522,63
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	1.022,90	1.662,27
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	72.955.590,66	765.860,36
Tributárias	873.331,62	232.731,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	873.331,62	232.731,97
Contribuições	0,00	0,00
Depósitos Obrigatórios	0,00	0,00
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e Serviços Prestados	0,00	0,00



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Anexo 15 - Lei 4.320/64

Unidade Orçamentária: 03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Exercício de 2023

Custo de Materiais, Serviços e Consumos		0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas		0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos		0,00	0,00
Custo dos Serviços Prestados		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		236.888.550,26	774.219.705,80
Premiações		46.434,00	0,00
Resultado Negativo de Participações		0,00	0,00
Incentivos		206.335,99	215.105,43
Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Participações e Contribuições		0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões		34.001.769,06	535.817.827,42
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		202.634.011,21	238.186.772,95
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		95.624.830,57	(460.385.216,47)

SUZAN MIRIAN
DOS SANTOS
GALVAO:4043

Assinado de forma digital
por SUZAN MIRIAN DOS
SANTOS GALVAO:4043
Dados: 2024.02.29
10:36:40 -04'00'

SUZAN MIRIAN DOS SANTOS GALVÃO

CONTADOR CRC Nº MT 009310/O-7



ESTADO DE MATO GROSSO
 PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA – TJ
ANEXO 16

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA - EXERCÍCIO 2024

AUTORIZAÇÕES			SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO - R\$		RESGATE	SALDO PARA O SEGUINTE EXERCÍCIO	
(LEIS Nº E DATA)	QUANTIDADE	VALOR DA EMISSÃO		EMISSÃO	RESCATE		QUANTIDADE	VALOR
NADA CONSTA								

(assinatura digital)

SUZAN MIRIAN DOS SANTOS GALVÃO
 CONTADOR CRC/MT N.º 009310/O-7

(assinatura digital)

WÂNIA CHRISTINA ZAVIASKY PROENÇA
 DIRETORA DO DEPTº DO FINANCEIRO

(assinatura digital)

DES. CLARICE CLAUDINO DA SILVA
 PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi submetido para assinatura eletrônica, na plataforma de assinaturas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Para assegurar a autenticidade e validar as assinaturas, recomendamos o uso do aplicativo TodoJud, disponível para download em seu dispositivo móvel através da Google Play Store ou da Apple App Store.



Código verificador - AD:66DE0000-0ABD-AEB0-5D46-08DC3938EE57



**WANIA CHRISTINA
ZAVIASKY PROENCA**

Assinado em 29/02/2024 11:13:07



**SUZAN MIRIAN DOS SANTOS
GALVAO**

Assinado em 29/02/2024 11:20:24



**CLARICE CLAUDINO DA
SILVA**

Assinado em 29/02/2024 11:49:54

Documento assinado por meio eletrônico, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Anexo 17 da Lei 4.320/64

03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Exercício de 2023

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO R\$	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE R\$
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR				
Processados	76.429.453,89	211.339.533,58	76.429.453,89	211.339.533,58
De Exercícios Anteriores	76.429.453,89	0,00	76.429.453,89	0,00
Do Exercício	0,00	211.339.533,58	0,00	211.339.533,58
Não Processados	6.101.713,80	1.989.772,65	6.101.713,80	1.989.772,65
De Exercícios Anteriores	6.101.713,80	0,00	6.101.713,80	0,00
Do Exercício	0,00	1.989.772,65	0,00	1.989.772,65
SUBTOTAL (I)	82.531.167,69	213.329.306,23	82.531.167,69	213.329.306,23
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES				
Depósitos	10.879.202,55	77.110.540,37	70.854.096,77	17.135.646,15
Outros Depósitos de Curto Prazo	10.879.202,55	77.110.540,37	70.854.096,77	17.135.646,15
Consignações	1.202.691,02	3.915.332,03	1.202.691,02	3.915.332,03
Consignações do Exercício	0,00	3.915.332,03	0,00	3.915.332,03
Consignações de RP Processados do exercício	1.202.691,02	0,00	1.202.691,02	0,00
SUBTOTAL (II)	12.081.893,57	81.025.872,40	72.056.787,79	21.050.978,18
TOTAL GERAL	94.613.061,26	294.355.178,63	154.587.955,48	234.380.284,41

QUADRO DE RESUMO

Cancelamento de Restos a Pagar Processado - Principal	0,00
Cancelamento de Restos a Pagar Não Processado - Principal	3.756.186,70
Pagamento de Consignações de RP Não Processados	0,00
Cancelamento de Consignações de RP Processados	0,00

OBS: os cancelamentos de RP, assim como os cancelamentos das consignações e as baixas das consignações de RP Não Processados estão contidas nos respectivos itens e discriminados no resumo.

SUZAN MIRIAN DOS SANTOS
SANTOS
GALVAO:4043

Assinado de forma digital por
SUZAN MIRIAN DOS SANTOS
GALVAO:4043
Dados: 2024.02.29 11:00:20
-04'00'

SUZAN MIRIAN DOS SANTOS GALVÃO
CONTADOR CRC Nº MT 009310/O-7



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Mês/Ano: Dezembro/2023

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	2.185.287.472,86	1.743.944.426,54
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	361.767.733,09	265.446.140,28
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	15.477.009,13	20.124.621,67
Transferências recebidas	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	17.335.838,95	1.538.456,79
Outros Ingressos Operacionais	1.790.706.891,69	1.456.835.207,80
Desembolsos	2.074.380.848,12	1.655.557.529,66
Pessoal e demais despesas	1.750.709.525,74	1.453.591.381,34
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	220.367.390,36	177.348.727,11
Outros desembolsos operacionais	103.303.932,02	24.617.421,21
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	110.906.624,74	88.386.896,88
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	1.101.700,00	0,00
Alienação de bens	1.101.700,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
Desembolsos	0,00	0,00
Aquisição de ativo não circulante	0,00	0,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	1.101.700,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	0,00	0,00
Operações de crédito	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Transferências de capital recebidos	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00
Desembolsos	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I+II+III)	112.008.324,74	88.386.896,88
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	282.185.018,01	193.798.121,13
Caixa e Equivalentes de caixa final	394.193.342,75	282.185.018,01



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO - SACE/SEFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Mês/Ano: Dezembro/2023

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais		
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais		
Outras transferências recebidas	0,00	0,00
Total das Transferências Correntes Recebidas	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais		
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais		
Outras transferências concedidas	220.367.390,36	177.348.727,11
Total das Transferências Concedidas	220.367.390,36	177.348.727,11

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Legislativa	0,00	0,00
Judiciária	1.417.108.373,13	1.182.928.055,13
Essencial a Justiça	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00
Relação Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00
Previdência Social	332.825.743,63	270.451.263,66
Saúde	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00
Direitos de Cidadania	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00
Encargos Especiais	775.408,98	212.062,55
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	1.750.709.525,74	1.453.591.381,34

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00

MTI

27/02/2024 17:46

SuzanGalvão35368 Página: 2 de 2

Protocolo 1549838



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Notas Explicativas

17.1 Informações Gerais:

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, inscrito no CNPJ nº 03.535.606/0001-10, órgão da administração direta, do Poder Judiciário, com sede administrativa no Centro Político Administrativo SN, Bosque da Saúde, teve execução orçamentária e financeira, do exercício de 2023, amparadas pela Lei nº 12.012, de 25 de janeiro de 2023 (Lei Orçamentária Anual – LOA), esta regida pela Lei 11.955, de 09 de dezembro de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO), e pelo decreto estadual nº 129, de 17 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira do exercício de 2023 e dá outras providências.

As ações do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso – TJ/MT são agrupadas nas funções determinadas na Portaria Ministerial 42, de abril de 1999: 02 – Judiciária, 09 – Previdência Social, 28 – Encargos Gerais. A função é o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, da LC nº 101/2000 e demais normas aplicáveis às finanças públicas. São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

O Balanço do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, referente ao exercício de 2023, é composto pelo Balanço Orçamentário e seus anexos, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração da Dívida Flutuante, Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas Explicativas. Integra também a prestação de contas, o Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa que não apresenta movimentação no período.

As demonstrações, em conjunto com as notas explicativas, demonstram de forma estruturada a situação patrimonial e os resultados orçamentários, financeiros, patrimoniais e econômicos, buscando proporcionar informação útil para a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade e dos respectivos gestores quanto aos recursos que lhes foram confiados, ressalvadas as observações feitas na alínea “b” do item 17.2 - Políticas contábeis significativas e critérios utilizados na elaboração das Demonstrações Contábeis.

Todas as demonstrações, inclusive as notas explicativas e o Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa, são elaboradas com base nas informações



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

constantes no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado – FIPLAN, evidenciando os atos e fatos administrativos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Declaramos que as demonstrações contábeis, incluídas as presentes notas explicativas, estão de acordo com a legislação aplicável à contabilidade e as finanças públicas, bem com as normas brasileiras de contabilidade do setor público e o manual de contabilidade aplicada ao setor público – MCASP, demonstrando de forma estruturada a situação patrimonial e os resultados orçamentários, financeiros, patrimoniais e econômicos, buscando proporcionar informação útil para a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade e dos respectivos gestores quanto aos recursos que lhes foram confiados, ressalvadas as observações feitas na alínea “b” do item 17.2 - Políticas contábeis significativas e critérios utilizados na elaboração das Demonstrações Contábeis.

17.2 Políticas contábeis significativas e critérios utilizados na elaboração das Demonstrações Contábeis

a. IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelo grupo de bens móveis e imóveis. O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens móveis e imóveis, é o das quotas constantes, também conhecido como método linear.

Em atendimento ao MCASP importante destacar que o cálculo do valor a depreciar deve ser identificado individualmente, item a item, em virtude da possibilidade de haver bens similares com taxas de depreciação diferentes e bens totalmente depreciados. Nesse contexto é importante verificar que, no caso dos imóveis, somente a parcela correspondente à construção deve ser depreciada, não se depreciando o terreno.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Convém salientar que a Coordenadoria Administrativa por meio do Departamento de Material e Patrimônio é o responsável pelos registros do grupo de bens móveis e imóveis no Sistema Patrimonial do Tribunal de Justiça, como também no Sistema FIPLAN. Nesse sentido abaixo transcrevemos a Nota Técnica elaborada pela Coordenadoria Financeira/Departamento de Material e Patrimônio, senão vejamos:

Em relação ao imobilizado, esse grupo de contas contábeis passou pelos procedimentos de regularização e não mais apresenta inconsistências.

Nos exercícios anteriores, foram noticiadas inconsistências de valores entre as demonstrações contábeis e o inventário físico, uma vez que os dados enviados pelas 79 (setenta e nove) comarcas e os coletados no complexo predial do Tribunal de Justiça, que compõem o inventário físico, não foram integralmente saneados dada a ausência de tempo hábil para realizar todas as análises e ajustes necessários ainda no exercício de 2023.

Cumprе esclarecer que as referidas inconsistências tiveram como causa dois fatores prioritários: a insuficiência de informações sobre bens móveis e bens imóveis no antigo Sistema de Gestão de Patrimônio (GP/GC) utilizado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso e a migração desses dados para o novo Sistema de gestão patrimonial.

O antigo Sistema de Gestão de Patrimônio (GP/GC) foi substituído pelo Sistema GMP/CitSmart, cuja implantação iniciou-se a partir do mês de novembro de 2019, com os primeiros procedimentos para a migração de dados do antigo sistema, por ocasião do inventário desse exercício financeiro.

Nesse processo de transferência de informações, foram identificadas variáveis que demandaram adaptação tecnológicas do novo Sistema de Gestão de Patrimônio GMP/CitSmart para receber os dados. Além disso, verificou-se a ausência de informações sobre itens de bens imóveis e a ausência e/ou divergência nos tombos de bens móveis (permanentes), o que vem demandando o gradual tratamento dos dados para saneamento do referido sistema de gestão de patrimônio, regularização do inventário e conciliação das contas contábeis.

O Sistema de Gestão de Patrimônio GMP/CitSmart foi implementado com novas ferramentas de relatórios e os dados migrados continuam sendo tratados, buscando o saneamento integral de mais de 200.000,00 (duzentos mil) itens de patrimônio, distribuídos em 1º grau, em 79 (setenta e nove) Comarcas, e 2º grau, nos prédios da sede do Tribunal de Justiça. Este procedimento de refinamento do sistema é permanente e indispensável para à conciliação das respectivas contas contábeis.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Em relação aos bens imóveis, há que se registrar que o Poder Judiciário estadual promoveu a regularização das informações de cada um dos prédios que abrigam suas unidades, isto é, o Tribunal de Justiça, os Fóruns e os Juizados Especiais de cada uma das Comarcas do Estado de Mato Grosso, no sistema patrimonial (GMP).

O antigo Sistema de Gestão de Patrimônio (GC/GP) utilizado pelo Tribunal de Justiça não trazia informações sobre os referidos imóveis e, portanto, não havia dados disponíveis para a migração ao novo Sistema de Gestão de Patrimônio GMP/CitSmart. O Sistema de Gestão de Patrimônio GMP/CitSmart está em permanente atualização de informações, na medida da obtenção dos documentos e informes relativos a cada imóvel, ou seja, título de propriedade, certidão de matrícula imobiliária, CND do INSS de obra de construção civil, Habite-se, Certidão de Valor Venal do imóvel, Certidão de baixa no CREA/MT ou no CAU/MT, planta baixa ou íntegra do projeto arquitetônico e memorial descritivo do imóvel.

Em exercícios anteriores, haviam pendências de informação e regularização imobiliária de alguns imóveis devido a fatores legais, começando pelo fato de o direito de propriedade não pertencer ao Tribunal de Justiça e sim ao Estado de Mato Grosso, com as implicações que desse fato decorrem, entre outras questões legais, e de circunstâncias administrativas, como a ausência de cadastro municipal dos prédios e, por conseguinte, de elementos para valoração do imóvel pela Prefeitura Municipal (Certidão de Valor Venal), e a busca de documentação de empresas privadas que já se encontram inativas (detentoras de documentação dos projetos), entre outros.

A dimensão e complexidade dessa tarefa de regularização imobiliária do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso ensejou a edição da Portaria n. 350/2017-PRES, que instituiu a Comissão Multisetorial para gestão dos processos administrativos de escrituração de imóveis pertencentes e/ou afetos ao Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, alterada pela Portaria n. 104-2019-PRES, e pela Portaria TJMT/PRES n. 132/2021.

Essa condição exigiu minucioso estudo de cada caso, o que foi realizado pela referida Comissão Multisetorial nos respectivos processos de Escrituração de Imóveis e nos processos conexos, como Convênios, Cessões de Uso, Processos Administrativos e Contratos, cujas informações são periodicamente atualizadas nos autos do Processo Administrativo n. 154/2016 (CIA 0077842-20.2016.8.11.0000), implicando o compartilhamento de dados e documentos oriundos da Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso-PGE, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso-SEPLAG, das Prefeituras dos Municípios sede de Comarca, da quase totalidade dos Cartórios de Registro de Imóveis do Estado de Mato Grosso, de todas as Diretorias de Foro das Comarcas do Estado de Mato Grosso e da Coordenadoria de Infraestrutura/Departamento de Obras do Tribunal de Justiça.

Rua 2, 308-390 - Centro Político Administrativo - Cuiabá - Mato Grosso - CEP: 78050-970 - Anexo Antônio Arruda



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Após o exercício 2020, com a dinâmica do trabalho da referida Comissão Multisetorial, as lacunas de dados imobiliários no Sistema de Gestão de Patrimônio GMP CitSmart foram gradualmente preenchidas, até o seu atual estágio de saneamento e regularização.

Quanto aos registros contábeis, a equipe do Departamento de Material e Patrimônio realizou a conciliação entre os saldos que constam no sistema patrimonial GMP/CitSmart e os saldos contábeis apresentados no sistema FIPLAN, em consonância com o estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Desta forma, após identificar e relacionar as divergências de valores referente às contas contábeis de bens móveis, imóveis, depreciação/amortização e almoxarifado entre o Sistema de Gestão de Material e Patrimônio (GMP) e o Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso (FIPLAN), com a orientação da Professora Anésia Cristina Batista, Secretária Adjunta da Contadoria Geral do Estado de Mato Grosso (SACE) e acompanhamento da Contadora do Tribunal de Justiça e demais membros da equipe do Departamento Financeiro, foram realizados os lançamentos de regularização de saldos contábeis no sistema FIPLAN, conforme anexado nos andamentos nº 120 ao 125, sanando, assim, as divergências dos saldos contábeis entre os sistemas GMP e FIPLAN.

Com os lançamentos contábeis realizados no Sistema FIPLAN, houve uma variação patrimonial no saldo das contas contábeis patrimoniais que integram o balanço do Tribunal de Justiça e corresponde à atual realidade do sistema de gestão de patrimônio da instituição (GMP).

Nesse sentido, foram realizados os seguintes lançamentos contábeis no Sistema FIPLAN:

- 1) Lançamentos de regularização dos saldos das **contas contábeis de almoxarifado (bens de consumo)** para os exercícios de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, conforme as Notas de Lançamento Contábil que tratam da Incorporação/desincorporação de bens de consumo, em decorrência de conciliação e saneamento do inventário físico no sistema de patrimônio, de acordo com a Instrução Normativa SPA n. 04/2011 – versão 03;*
- 2) Lançamentos de regularização dos saldos das **contas contábeis de bens móveis** para os exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, conforme as Notas de Lançamento Contábil que tratam da Incorporação/desincorporação de bens móveis, em decorrência de conciliação e saneamento do inventário físico no sistema de patrimônio, de acordo com a Instrução Normativa SPA n. 03/2011 – versão 04;*
- 3) Lançamentos de regularização dos saldos das **contas contábeis de bens imóveis**, conforme Notas de Lançamento Automático para Reclassificação de conta para transferência de Obras para Obras a classificar, estorno por reclassificação de*



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

contas dos bens imóveis, depreciação de bens imóveis referentes aos exercícios 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023;

- 4) *Lançamentos de regularização dos saldos das **contas contábeis de depreciação**, conforme Notas de Lançamento Automático para Atualização de Bens - Ajustes com Reversão de Depreciação registrada em Exercícios Anteriores e Ajustes de Depreciação de Exercícios Anteriores-Bens Móveis, referentes ao exercício 2022.*

Por fim, registra-se que o Sistema GMP/CitSmart, utilizado pelo Departamento de Material e Patrimônio para gestão de patrimônio do Poder Judiciário estadual, incluindo registros de depreciação dos bens móveis e imóveis, está parametrizado de acordo com as regras de negócio aplicadas ao setor público.

b. PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS

As provisões matemáticas do Tribunal de Justiça tiveram um aumento de **R\$ 20,1 milhões**, saindo de **R\$ 536,2 milhões** em 2022 para **R\$ 550,1 milhões** em 2023.

Esse aumento se deve, dentre outros fatores, alteração de base cadastral; aumento da base média salarial bem como o resultado do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

c. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 9ª edição, aprovado pela Portaria SNT nº 1131, de 04 de novembro de 2021. Que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal 4320/64, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, bem como as disposições do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, relativas aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16).

Estas notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis e imprescindíveis para a compreensão e análise das demonstrações. Evidenciam os critérios utilizados, informações exigidas pela legislação, bem como outras informações não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas citadas demonstrações.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Estado de Mato Grosso.

Desde 2021 foi alterada a estrutura do balanço orçamentário sendo adotada, integralmente, a orientação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, expressa no manual das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, que



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

integra a 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, página 495, passando a expurgar no balanço orçamentário não consolidado (órgãos e entidades, por exemplo) as transferências financeiras recebidas e concedidas o que pode gerar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimento, não configurando esse fato irregularidade.

Ainda considerando a alteração no BO, previsto no MCASP, foi incluída uma nota nos balanços orçamentários explicando eventual déficit orçamentário e criado o anexo 5 BO – Transferências recebidas e concedidas, demonstrando o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionada à execução do orçamento do exercício, buscando dar transparência e proporcional as análises e verificações dos órgãos de controle.

17.3 Informações de suporte e detalhamento dos itens

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO

BO 1. O regime orçamentário adotado para o exercício de 2023 é o previsto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, assim a receita é reconhecida, no exercício financeiro, pela arrecadação, regime de caixa, e a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho.

BO 2. No orçamento aprovado as despesas foram apresentadas discriminadas por classificação institucional, funcional, estrutura programática, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação.

BO 3. Da receita prevista inicial de **R\$ 322,1** milhões, houve a abertura de crédito adicional por excesso de arrecadação de contribuições, no montante de **R\$ 47,3** milhões, passando a receita atualizada de **369,4** milhões.

BO 4. A receita total realizada da unidade orçamentária 03101 – Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso foi de **R\$ 395,6** milhões, apresentando um excesso de 7,09%, no montante de **R\$ 26,1** milhões, sendo **R\$ 14,9** milhões na receita de contribuições, **R\$ 9,2** milhões na receita patrimonial e **R\$ 1,1** milhão nas outras receitas correntes.

BO 5. O excesso na receita de contribuições foi devido a aplicação Revisão Geral Anual - RGA de 5,79% concernente a Lei Nº 12.007 de 21 de janeiro de 2023, bem como o RGA de 4,48%, cuja aplicação retroagiu ao mês de janeiro de 2020, amparado pela Lei Nº 11.309/2021.

BO 6. Já o excesso na receita patrimonial foi em decorrência da alienação de veículos no valor de 1,1 milhão.

Rua 2, 308-390 - Centro Político Administrativo – Cuiabá – Mato Grosso – CEP: 78050-970 - Anexo Antônio Arruda



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DEMONSTRATIVO DA RECEITA - BO					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	%
RECEITAS CORRENTES	322.194.864,00	369.494.864,00	394.580.581,17	25.085.717,17	6,79%
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	316.774.964,00	346.774.964,00	361.767.733,09	14.992.769,09	4,32%
RECEITA PATRIMONIAL	4.695.922,00	6.195.922,00	15.477.009,13	9.281.087,13	149,79%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	723.978,00	16.523.978,00	17.335.838,95	811.860,95	4,91%
RECEITAS DE CAPITAL	-00	-00	1.101.700,00	1.101.700,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	-00	-00	1.101.700,00	1.101.700,00	
RECEITA TOTAL	322.194.864,00	369.494.864,00	395.682.281,17	26.187.417,17	7,09%

FONTE: FIPLAN/BO

BO 7. Em 2023 as receitas realizadas alcançaram um montante de **R\$ 395,6** milhões, tendo apresentado um crescimento de 7,09% em relação a previsão inicial atualizada, já a despesa empenhada apresentou redução, em relação à dotação inicial atualizada de 1,57%, atingindo um montante de **R\$ 2,1 bilhões**, o que gerou um déficit orçamentário de **R\$ 1,7 bilhões**, conforme evidenciado no Balanço Orçamentário do Tribunal de Justiça.

BO 8. Porém conforme destacado na alínea “d” do item 19.2 - Políticas contábeis significativas e critérios utilizados na elaboração das Demonstrações Contábeis, desde 2021 o Balanço Orçamentário, em atendimento as normas do PCASP não traz na parte da receita as cotas e repasses recebidos, fazendo com que as unidades orçamentárias que não são agentes arrecadadores apresentem déficit, porém conforme Anexo 5 do BO esse déficit foi suportado pelas transferências financeiras feitas a título de duodécimos no montante de **R\$ 1,6** bilhão.

BO 9. Houve realização de receitas intraorçamentárias na unidade orçamentária 03101 no valor de **R\$ 226** milhões e a despesa empenhada foi o montante de **R\$ 226** milhões de empenhos na modalidade intraorçamentária, conforme evidenciado no ANEXO 3 – Do Balanço Orçamentário – Demonstrativo de Execução das Receitas e Despesas Intraorçamentárias.

BO 10. A dotação inicial da despesa foi no montante de **R\$ 1,8** bilhão, tendo sido efetuada um aumento, com abertura de créditos adicionais de **R\$ 328,3** milhões, totalizando uma dotação atualizada de **R\$ 2,1** bilhões.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA - BO					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO	%
DESPESAS CORRENTES	1.813.571.536,00	2.141.933.176,55	2.108.343.882,35	33.589.294,20	1,57%
Pessoal e Encargos Sociais	1.487.620.581,00	1.901.342.221,55	1.870.352.669,09	30.989.552,46	1,63%
Outras Despesas Correntes	325.950.955,00	240.590.955,00	237.991.213,26	2.599.741,74	1,08%
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00	100,00%
Investimentos	20.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00	100,00%
DESPESA TOTAL	1.813.591.536,00	2.141.953.176,55	2.108.343.882,35	33.609.294,20	1,57%

BO 11. O acréscimo na dotação inicial de **R\$ 328,3** milhões é composto por abertura de créditos adicionais por transposição de Recursos de uma UO para outra UO, até o limite autorizado na LOA no montante de **R\$ 87,9** milhões, incorporação de recursos provenientes de excesso de arrecadação de recursos do tesouro e diretamente arrecadados no montante de **R\$ 76,3** milhões, e incorporação de recursos provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no montante de **R\$ 164,0** milhões.

DEMONSTRATIVO DA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS			
Tipo Crédito	Descrição do Tipo de Crédito	Fonte	Suplementado
102		15000000	20.000.000,00
102	Transposição de Recursos de	15000000	20.000.000,00
102	uma UO para outra UO, até o	15000000	20.000.000,00
102	limite autorizado na LOA	15000000	20.652.000,00
102		15000000	7.320.933,31
SOMA			78.972.933,31
150		15010000	1.000.000,00
150	Incorporação de recursos	18000000	5.000.000,00
150	provenientes de excesso de	15010000	16.300.000,00
150	arrecadação de recursos do	15000000	1.170.000,00
150	tesouro e diretamente	18010000	20.000.000,00
150	arrecadados	18000000	5.000.000,00
150		15000000	27.870.800,54
SOMA			76.340.800,54
160		25000000	50.000.000,00
160	Incorporação de recursos	25010000	24.047.906,70
160	provenientes de superávit	28010000	20.000.000,00
160	financeiro apurado no balanço	25000000	30.000.000,00
160	patrimonial	25000000	40.000.000,00
SOMA			164.047.906,70
TOTAL GERAL			328.361.640,55



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

BO 12. O crédito adicional suplementar no montante de **RS 164,0** milhões decorrente de abertura por superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial de 2022, nas fontes 25000000, 25010000 e 28010000.

BO 13. No Estado de Mato Grosso os créditos iniciais e suplementares não estão individualizados na contabilidade. A UO 03101 – Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - executou despesas somente por meio de crédito iniciais e suplementares, não tendo aberto créditos especiais ou extraordinários.

BO 14. Os restos a pagar não processados de **RS 6,1** milhões tiveram cancelamentos no montante de **RS 3,7 milhões** e **RS 2,3** milhões foram pagos, não ficando nenhum saldo a ser transferido para 2024, conforme anexo 1 do Balanço Orçamentário.

BO 15. Já o montante de **RS 77,6** milhões de RP processados foi integralmente pago, não restando nenhum valor a ser transferido para 2024, conforme Anexo 2 do Balanço Orçamentário.

BO 16. Não houve a concessão de destaque orçamentário em 2023 pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, conforme consta no Anexo 4 – Do Balanço Orçamentário – Demonstrativo das Despesas Orçamentárias Executadas por Destaque.

BO 17. A conciliação do resultado orçamentário com os fluxos de caixa líquido das atividades operacionais, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia que ao somar ao resultado orçamentário os restos a pagar pagos e o saldo das transações extraorçamentárias E deduzir as despesas empenhadas e não pagas e as compensações, que impactaram o DFC, chega se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa do DFC.

CONCILIAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO COM O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO - DFC	
DESCRIÇÃO	VALOR
1 - Resultado Orçamentário	- 1.712.661.601,18
2 - Restos a Pagar Inscrito no período - Despesas de 2023 empenhadas e não pagas	217.244.638,26
3 - (-)Restos a Pagar de Exercícios anteriores pagos em 2023	- 79.977.672,01
4 - (-)Saldo de transações extraorçamentárias (impactadas na DFC)	1.687.402.959,67
5 - Outros Pagamentos extraorçamentários - compensações	-
6 - Geração Líquida de Caixa - DFC (6 = 1+2-3-4+5)	112.008.324,74

FONTE: FIPLAN/

Nota: na linha 5 são consideradas as compensações do exercício.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

BALANÇO FINANCEIRO - BF:

BF 1. O Balanço Financeiro evidencia na parte dos ingressos extraorçamentários o movimento credor das contas de ativo e passivo e na parte dos dispêndios extraorçamentários o movimento devedor das contas de ativo e passivo. Essa movimentação, para efeito de expurgar os estornos, e facilitar a elaboração do anexo, é registrada em contas de controle.

BF 2. O resultado financeiro de 2023 foi positivo em **R\$ 112** milhões, sendo decorrente do resultado negativo na movimentação orçamentária de **R\$ 1,7** bilhão e do resultado positivo das transferências financeiras de **R\$ 1,6** bilhão e da movimentação extraorçamentária de **R\$ 144** milhões.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO FINANCEIRO DE 2023			
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
Receita Orçamentária (I)	395.682.281,17	287.109.218,74	37,82%
Despesa Paga (II)	2.108.343.882,35	1.671.985.592,23	26,10%
Resultado Orçamentário (III = I - II)	- 1.712.661.601,18	- 1.384.876.373,49	23,67%
Transferências Financeiras Recebidas (IV)	1.680.623.610,93	1.428.757.858,01	17,63%
Transferências Financeiras Concedidas (V)	-	-	0,00%
Transferências Financeiras Líquidas (VI = IV - V)	1.680.623.610,93	1.428.757.858,01	17,63%
Recebimentos Extraorçamentários (VII)	2.218.427.163,11	1.700.062.942,02	30,49%
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	2.074.380.848,12	1.655.557.529,66	25,30%
Resultado Extraorçamentário (IX = VII - VIII)	144.046.314,99	44.505.412,36	223,66%
Resultado Financeiro do Exercício (X = III + VI + IX)	112.008.324,74	88.386.896,88	26,73%

FONTE: FIPLAN/BF

BF 3. A receita orçamentária, de 2023, teve um crescimento, em relação ao exercício de 2022, no montante de **R\$ 108,5** milhões, correspondendo a 37,82% de crescimento, sendo que os recursos ordinários cresceram **R\$ 2,4** milhões e os recursos vinculados **R\$ 106,1** milhões. Já a despesa orçamentária teve um crescimento de **R\$ 436,3** milhões, equivalente a 26,10%, desmembrado em **R\$ 365,9** milhões de recursos ordinários e **R\$ 70,3** milhões de recursos vinculados. Maiores detalhes sobre essas variações nos resultados orçamentários.

BF 4. Os restos a pagar em inscrição, que para efeito do fechamento do balanço financeiro consta na coluna de ingressos extraorçamentários, no exercício de 2023, totalizaram o montante de **217,2** milhões, desmembrados em processados e não processados:



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DESPESAS EM PROCESSO DE INSCRIÇÃO EM 31/12/2023			
DESCRIÇÃO	RP PROCESSADOS	RP NÃO PROCESSADOS	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	215.254.865,61	1.989.772,65	217.244.638,26
Pessoal e Encargos Sociais	215.218.261,64		215.218.261,64
Outras Despesas Corrente	36.603,97	1.989.772,65	2.026.376,62
TOTAL	215.254.865,61	1.989.772,65	217.244.638,26

FONTE: FIPLAN FIP 215/A

BF 5. Foram pagos em 2023 o montante de **R\$ 79,9** milhões de restos a pagar, sendo **R\$ 77,6** milhões de restos a pagar processados e **R\$ 2,3** milhões de restos a pagar não processados.

DEMONSTRATIVO DOS RP PAGOS EM 2023			
DESCRIÇÃO	RP PROCESSADOS	RP NÃO PROCESSADOS	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	77.632.145,21	2.345.527,10	79.977.672,31
Pessoal e Encargos Sociais	77.620.253,64	2.345.527,10	79.965.780,74
Outras Despesas Corrente	11.891,57	-	11.891,57
TOTAL	77.632.145,21	2.345.527,10	79.977.672,31

BF 6. O saldo financeiro em 2023 para o exercício seguinte foi no montante de **R\$ 394,1** milhões distribuídos nas seguintes fontes:

FONTE	DESCRIÇÃO	SALDO 31/12/2023
FONTE 15000000	RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOUREO ESTADUAL	193.685.387,15
FONTE 25000000	RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOUREO ESTADUAL (EA)	12.114.655,12
FONTE 18010000	RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO DE REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)	118.907.632,41
FONTE 28010000	RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO DE REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO) (EA)	-
FONTE 15010000	OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	19.945.303,21
FONTE 25010000	OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS (EA)	-
FONTE 17590000	RECURSOS VINCULADOS A FUNDO	31.220.143,13
FONTE 27590000	RECURSOS VINCULADOS A FUNDO (EA)	-
FONTE 18000000	RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	4.138.232,79
FONTE 28000000	RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) (EA)	-
FONTE 17550000	RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS	1.161.593,95
FONTE 18690000	OUTROS RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	13.020.394,99
		394.193.342,75

BF 7. A fonte de recursos 1.500.0000 refere-se aos recursos ordinários do tesouro estadual, o saldo em 31/12/2023 perfaz o montante de R\$ 193.685.387,15 milhões, desse total R\$ 58.004.325,19 milhões advém de exercícios anteriores, já o montante de R\$ R\$ 4.115.251,16 está destinado para o recolhimento INSS, cujo vencimento ocorre em janeiro de 2024 e por derradeiro a valor de R\$ 131.565.810,80 destina-se a cobertura para o pagamento dos restos a pagar processados e não processados, qual seja R\$

Rua 2, 308-390 - Centro Político Administrativo - Cuiabá - Mato Grosso - CEP: 78050-970 - Anexo Antônio Arruda



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

123.614.905,89 e R\$ 1.969.439,63 respectivamente, resultando assim disponibilidade de R\$ 5.981.465,28. Pois bem, tal recurso é resultado de parte dos rendimentos de aplicação financeira.

DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOUREO ESTADUAL - FONTE 15000000	
SALDO EM 31/12/2023 DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOUREO ESTADUAL	193.685.387,15
VALOR REFERENTE A EXERCÍCIOS ANTERIORES	58.004.325,19
INSS - VENCIMENTO EM JANEIRO 2024	4.115.251,16
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	123.614.905,89
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.969.439,63
RECURSOS ORIUNDOS DE PARTE DOS RENDIMENTOS DA APLICAÇÃO FINANCEIRA	5.981.465,28

BALANÇO PATRIMONIAL - BP:

BP 1. Os elementos patrimoniais são apresentados considerando a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e as partes II e V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. Ainda, em atendimento ao artigo 105 da Lei 4320/64, que confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar ativo e passivo em dois grupos, financeiro e Permanente, é apresentado quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.

BP 2. O Balanço Patrimonial é composto, nessa nova estrutura definida pela Secretaria do Tesouro Estadual - STN, em 4 quadros: Quadro Principal; Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; Quadro das Contas de Compensação (controle) e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

BP 3. O ativo circulante teve um crescimento de **R\$ 34,9** Milhões, representando **7,6%**, impulsionado pelo crescimento do item Caixa e equivalente de Caixa que aumentou **R\$ 112** milhões.

DETALHAMENTO DO ATIVO CIRCULANTE			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
Caixa e Equivalentes de Caixa	394.193.342,75	282.185.018,01	39,69%
Créditos a Curto Prazo	98.464.633,48	168.421.427,42	-41,54%
Estoques	765.565,93	7.829.307,83	-90,22%
	493.423.542,16	458.435.753,26	7,63%

FONTE: FIPLAN / FIP 215

BP 4. O disponível em caixa e equivalente de caixa apresentou, em relação à 2022, um crescimento de **39,69%**, representando **R\$ 112** milhões, decorrente do aumento das receitas já citadas nos comentários do Balanço Orçamentário.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
CONTA ESPECIAL - BANCO DO BRASIL (F)	394.193.342,75	282.185.018,01	39,69%
TOTAL	394.193.342,75	282.185.018,01	39,69%

FONTE: FIPLAN / FIP 215 A

BP 5. Os demais créditos e valores a receber de curto prazo, referente à Diferença de RCL e Duodécimos a receber foram auferidos os valores de **125,5 mil** e **69,8 milhões** respectivamente, correspondentes aos percentuais de **0,13%** e **94,64%**, perfazendo o montante de **70, milhões**.

DETALHAMENTO DO DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO				
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%	VALORES RECEBIDOS
Diferença de RCL a Receber (F)	94.464.427,36	94.589.990,17	0,13%	125.562,81
Duodécimos a Receber (F)	3.957.000,06	73.831.437,25	94,64%	69.874.437,19
TOTAL	98.421.427,42	168.421.427,42	41,56%	70.000.000,00

FONTE: FIPLAN / FIP 215

BP 6. Os estoques tiveram decréscimo de **90,22%**, em termos nominais corresponde a **R\$ 7 milhões** em relação a 2022, sendo que tal redução refere-se aos ajustes patrimoniais realizados no exercício de 2023, qual seja atualizar os registros contábeis no FIPLAN com o sistema patrimonial do Tribunal de Justiça.

DETALHAMENTO DOS ESTOQUES			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
Almoxarifado	765.565,93	7.559.554,54	89,87%
Outros Estoques	-00	269.753,29	100,00%
TOTAL	765.565,93	7.829.307,83	90,22%

FONTE: FIPLAN / FIP 215

BP 7. O ativo não circulante em 2023, no montante de **R\$ 737,7 milhões**, sofreu um aumento, em relação a 2022, de 0,96%, equivalente a **R\$ 7,026 milhões**, centralizada no grupo de imobilizado, que apresentou acréscimo de **R\$ 79,5 milhões**.

BP 8. O imobilizado cresceu **R\$ 9,8 milhões** em 2023, representando 1,36%, sendo que o aumento foi de **R\$ 180,4 milhões** de bens imóveis, bem como **R\$ 133,9 milhões** de depreciações e a redução de **R\$ 36,6 milhões** de bens móveis.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

BP 9. O imobilizado está segregado em dois grupos: bens móveis e imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a sua composição, cujo montante em 2023 é de **R\$ 734,7 milhões**, com crescimento de 1,36%:

DETALHAMENTO DO ATIVO IMOBILIZADO			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
BENS MOVEIS	400.736.058,06	437.414.029,21	-8,39%
BENS IMOVEIS	601.805.689,32	421.311.956,03	42,84%
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-267.748.088,95	-133.792.660,39	100,12%
TOTAL	734.793.658,43	724.933.324,85	1,36%

FORNTE: FIPLAN/FIP 215

BP 10. O valor líquido contábil dos bens móveis do Tribunal foi de **R\$ 181,8 milhões** em 2023, tendo apresentado um decréscimo de 40,11%, em relação a 2022, sendo 8,39% de decréscimo no total bruto de bens móveis e acréscimo de 63,60% de depreciação/amortização/exaustão.

BP 11. As alterações quanto a depreciação dos bens imóveis decorrem da recente inserção dos dados advindos do Sistema de Gestão Patrimonial do Tribunal de Justiça para o sistema FIPLAN.

COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS E BENS IMÓVEIS				
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%	DIFERENÇA
Bens Móveis (I)	181.853.452,90	303.621.368,82	-40,11%	-121.767.915,92
Valor Bruto Contábil	400.736.058,06	437.414.029,21	-8,39%	-36.677.971,15
Depreciação/Amortização/Exaustão	218.882.605,16	133.792.660,39	63,60%	85.089.944,77
Bens Imóveis (II)	552.940.205,53	421.311.956,03	31,24%	131.628.249,50
Valor Bruto Contábil	601.805.689,32	421.311.956,03	42,84%	180.493.733,29
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	48.865.483,79	0,00		48.865.483,79
TOTAL	734.793.658,43	724.933.324,85	1,36%	9.860.333,58

FORNTE: FIPLAN / FIP 215

BP 12. O item máquinas e equipamentos reduziram **R\$ 24,8 milhões**, representando uma redução de 42,86% em relação a 2022,

BP 13. Os bens de informática apresentaram redução, no montante de **R\$ 7,8 milhões**.

BP 14. Os itens móveis e utensílios apresentou uma redução de 4,05%, representando **R\$ 4,4 milhões**.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

BP 15. As depreciações dos bens móveis apresentaram um crescimento de **R\$ 85,0** milhões, equivalente a 63,60% de crescimento em relação ao exercício de 2023, o valor da depreciação cresceu em decorrência do aumento do quantitativo de bens móveis sujeitos a depreciação no Sistema de Gestão Patrimonial.

BP 16. Os veículos tiveram uma redução de **R\$ 1,7** milhão, sendo que houve a atualização do sistema FIPLAN com o sistema Patrimonial do Tribunal de Justiça, realizando assim as devidas baixas. e/ou registros.

COMPOSIÇÃO DOS BENS MÓVEIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	33.195.498,23	58.093.888,71	-42,86%
BENS DE INFORMÁTICA	248.981.775,85	256.843.150,33	-3,06%
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	105.618.477,29	110.076.699,57	-4,05%
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	3.487.359,00	1.127.774,46	209,22%
VEÍCULOS	8.444.342,19	10.219.180,64	-17,37%
ARMAMENTOS	1.008.605,50	1.008.605,50	0,00%
DEMAIS BENS MÓVEIS	-	44.730,00	100,00%
TOTAL BRUTO (I)	400.736.058,06	437.414.029,21	-8,39%
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS (II)	267.748.088,95	-133.792.660,39	-300,12%
TOTAL (III = I - II)	132.987.969,11	303.621.368,82	-56,20%

FONTES: FIPLAN/FIP 215

BP 17. Em 31/12/2023, o valor líquido contábil dos bens imóveis do Tribunal de Justiça totalizou **R\$ 41,1** milhões, com uma redução de 90,24%, equivalente a R\$ 380,2 milhões em relação a 2022, centralizado em obras em andamento.

COMPOSIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
BENS DOMINICAIS	-	8.041.152,67	-100,00%
OBRAS EM ANDAMENTO	89.966.304,79	413.270.803,36	-78,23%
TOTAL BRUTO (I)	89.966.304,79	421.311.956,03	-78,65%
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	48.865.483,79	-	
TOTAL (III = I + II)	41.100.821,00	421.311.956,03	-90,24%

FONTES: FIPLAN/FIP 215

BP 18. Os bens dominicais sofreram alteração de 2022 para 2023, pois foi objeto de levantamento e parametrização entre o sistema patrimonial do TJ e o sistema FIPLAN.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

COMPOSIÇÃO DOS BENS DOMINICAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
Aquisição de Imóveis - Saldo do Exercício Anterior	-	8.041.152,67	-100,00%
TOTAL BRUTO (I)	-	8.041.152,67	-100,00%
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS (II)	-	-	0,00%
TOTAL (III = I + II)	-	8.041.152,67	-100,00%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 19. As obras em andamento houve um decréscimo de 78,23%, visto que é objeto de conformidade entre o sistema patrimonial do TJ e o sistema FIPLAN.

BP 20. O item que teve crescimento mais expressivo foram as benfeitorias e melhorias 68,96%, já as Edificações para Sede de Órgãos Públicos ocorreu a redução de 83,07%.

COMPOSIÇÃO DAS OBRAS EM ANDAMENTO			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
OBRAS DE UBARNAZÇÃO	-	19.261.222,49	-100,00%
BENFEITORIAS E MELHORIAS	32.896.418,70	19.470.238,78	68,96%
EDIFICAÇÕES PARA SEDE DE ÓRGÃOS PÚBLICOS	57.069.886,09	337.039.187,84	-83,07%
INSTALAÇÃO DE ELEVADORES	-	106.295,36	100,00%
INSTALAÇÃO DE AR CONIDICIONADO	-	3.980.023,46	-100,00%
SUPERVISÃO DE OBRAS	-	3.071.147,24	-100,00%
SERVIÇOS DE PF UTILIZADOS PARA REALIZAÇÃO OBRAS	-	23.407,44	-100,00%
DIÁRIAS PARA ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E INSTALAÇÃO	-	17.444,91	-100,00%
ESTUDOS E PROJETOS	-	30.301.835,84	-100,00%
TOTAL BRUTO (I)	89.966.304,79	413.270.803,36	-78,23%
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS (II)	48.865.483,79	-	0,00%
TOTAL (III = I + II)	41.100.821,00	413.270.803,36	-90,05%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 21. O intangível, líquido de amortização, no montante de **R\$ 2,9** milhões é composto dos itens “softwares” e “Amortização acumulada”. Tendo apresentado uma redução de **48,76%**, totalizando decréscimo de **R\$ 2,9** milhões, concentrado na redução do item Amortização Acumulada em **R\$ 4,7** milhões.

BP 22. Já o item Softwares tiveram adições no valor de **R\$ 1,9** milhões, representando um aumento de 25,85%.

DETALHAMENTO DO ATIVO INTANGÍVEL			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH%
SOFTWARES	9.376.647,91	7.450.678,78	25,85%
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA	-6.398.538,16	-1.638.290,56	290,56%
TOTAL	2.978.109,75	5.812.388,22	-48,76%

FONTE: FIPLAN/FIP 215



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

BP 23. O passivo circulante no montante de **R\$ 345,8** milhões apresentou um crescimento, em relação a 2022, de 119,55%, no valor de R\$ 188,3 milhões, concentrados nos grupos de Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais e Demais obrigações de curto prazo, que aumentaram **R\$ 179,3** milhões e **R\$ 8,9** milhões, respectivamente. Destaque para as obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais que apresentou crescimento de 123,30%.

DETALHAMENTO DO PASSIVO CIRCULANTE			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
OBRIGAÇÕES TRAB., PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS CP	324.792.405,63	145.449.626,43	123,30%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	36.603,97	11.891,57	207,81%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	21.050.978,18	12.081.893,57	74,24%
TOTAL	345.879.987,78	157.543.411,57	119,55%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 24. O aumento no grupo de obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais o aumento de **R\$ 179,3** milhões, reflexo da concessão do RGA de 7% e o de 5,79%, de acordo com a lei nº 12.007/2023 e lei nº 11.309/2021 respectivamente, bem como ajustes nas tabelas do Plano de Cargos e Carreiras.

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSISTENCIAIS CP			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
PESSOAL A PAGAR	319.083.372,09	143.107.564,13	122,97%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	5.709.033,54	2.342.062,30	100,00%
TOTAL	324.792.405,63	145.449.626,43	123,30%

FONTE: FIPLAN/FIP 630

BP 25. O item, fornecedores e outros e contas a pagar de CP, teve aumento de **R\$ 24,7** mil, equivalente a 207,81%.

DETALHAMENTO DOS FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CP			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
FORNECEDORES NACIONAIS A CURTO PRAZO	36.603,97	11.891,57	207,81%
TOTAL	36.603,97	11.891,57	207,81%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 26. As demais obrigações a curto prazo apresentaram crescimento de **74,21%**, equivalente a **R\$ 8,9** milhões, reflexo do aumento das Consignações Intra seguida dos depósitos de diversas origens.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DETALHAMENTO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
VALORES RESTITUÍVEIS	21.047.358,64	12.081.893,57	74,21%
CONSIGNAÇÕES - CONSOLIDAÇÃO	787.021,82	763.061,20	3,14%
CONSIGNAÇÕES - INTRA	3.124.690,67	439.629,82	610,75%
OUTROS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS - INTRA	13.020.394,99	9.989.259,79	30,34%
OUTROS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS - INTER UNIÃO	4.115.251,16	889.942,76	362,42%
TOTAL	21.047.358,64	12.081.893,57	74,21%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 27. O passivo não circulante teve um crescimento de **R\$ 13,8** milhões, equivalente a 2,58%, impulsionadas pelas provisões matemáticas de Longo.

DETALHAMENTO DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
PROVISÕES A LONGO PRAZO	550.140.474,14	536.282.627,02	2,58%
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS LP	550.140.474,14	536.282.627,02	2,58%
TOTAL	550.140.474,14	536.282.627,02	2,58%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 28. O patrimônio líquido teve uma redução do superávit de **32,34%**, totalizando **R\$ 160,1** milhões, sendo do esse valor é referente ao resultado deficitário do exercício.

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	-	-	0,00%
RESERVAS DE CAPITAL	-	-	0,00%
RESERVAS DE LUCROS	-	-	0,00%
DEMAIS RESERVAS	-	-	0,00%
RESULTADOS ACUMULADOS	335.174.848,42	495.355.427,74	-32,34%
TOTAL	335.174.848,42	495.355.427,74	-32,34%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 29. As inscrições das despesas em restos a pagar são efetuadas em contas da classe de controle da Execução do Planejamento e Orçamento (6). Os Restos a pagar processados, não processados em liquidação e os restos a pagar não processados liquidados a pagar, além do registro na classe 6, grupo 3 (6.3) já constam no passivo patrimonial do Balanço Patrimonial, pois o fato gerador já ocorreu. Diferentemente os restos a pagar não processados a liquidar somente constam na classe 6.3, não havendo nenhum registro no passivo de natureza patrimonial (classe 2).

BP 30. Os restos a pagar não processados a liquidar constam no passivo financeiro do “QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES”, mas não compõem o passivo patrimonial do quadro principal do Balanço Patrimonial. Assim a conciliação entre o saldo patrimonial do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e o patrimônio líquido do Balanço Patrimonial segue abaixo:



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (BP) X SALDO PATRIMONIAL (QUADRO AP FINANCEIRO E PERMANENTE)			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO BP (I)	335.174.848,42	495.355.427,74	-32,34%
RP NÃO PROC EM INSCRIÇÃO A LIQUIDAR (II)	1.989.772,65	3.901.713,80	100,00%
SUBTOTAL DOS RESTOS A PAGAR (III = II)	1.989.772,65	3.901.713,80	-49,00%
SALDO PATRIMONIAL (IV = I + II)	333.185.075,77	491.453.713,94	-32,20%

FONTE: FIPLAN/FIP 215/BP/DVP

BP 31. Os valores constantes no Quadro Auxiliar das Notas Explicativas do Imobilizado apresentam inconsistências, porém até a data do envio dessa Nota Explicativa não foi retificado pela SEFAZ-MT.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DVP 1. A movimentação intraorçamentária está incorporada na Demonstração das Variações Patrimoniais e integram os saldos das contas patrimoniais.

DVP 2. As variações patrimoniais aumentativas tiveram um aumento de **31,20%**, equivalente a **R\$ 570,7 milhões**, sendo que o grupo que mais contribuiu para esse resultado foram às transferências e delegações recebidas no valor de **R\$ 490,7 milhões**. Destaque ainda para o aumento do item contribuições no montante de **R\$ 63,9 milhões**.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
CONTRIBUIÇÕES	329.361.103,60	265.446.140,28	24,08%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS.	15.477.009,13	20.124.621,67	-23,09%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.919.503.557,09	1.428.757.858,01	34,35%
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINC.DE PASSIVOS	168.005,52	-	
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	135.836.295,10	115.241.099,48	17,87%
TOTAL	2.400.345.970,44	1.829.569.719,44	31,20%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 3. As contribuições tiveram um crescimento de 24,08% o qual equivale ao montante de **R\$ 63,9 milhões**, haja vista a aplicação do RGA e os ajustes de tabelas salariais.

CONTRIBUIÇÕES			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	329.361.103,60	265.446.140,28	24,08%
TOTAL	329.361.103,60	265.446.140,28	24,08%



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DVP 4. O grupo de variações aumentativas financeiras teve um decréscimo de **R\$ 4,6** milhões de 2022 para 2023, sendo integralmente consequência dos rendimentos das aplicações financeiras, haja vista as variações provenientes do mercado financeiro.

VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	15.477.009,13	20.124.621,67	-23,09%
TOTAL	15.477.009,13	20.124.621,67	-23,09%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 5. As transferências e delegações recebidas apresentaram um crescimento de **34,35%**, totalizando **R\$ 490,7** milhões, sendo concentradas nas transferências intragovernamentais recebidas que aumentou **R\$ 284,3 milhões**. Esse aumento nas cotas financeiras repassadas ao Tribunal foi gerado tanto pelo aumento das receitas já previstas na LOA, quanto pelo excesso de arrecadação durante o exercício de 2023.

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS - COTAS	1.713.073.446,18	1.428.757.858,01	19,90%
TRANSFERÊNCIAS INTER Governamentais - DOAÇÕES RECEBIDAS - BENS IMÓVEIS	206.430.110,91	-	
TOTAL	1.919.503.557,09	1.428.757.858,01	34,35%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 6. A VPA de ganhos com ativos e desincorporação de passivos aumentou **R\$ 41,4** mil, concernente ao cancelamento de Restos a Pagar.

VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	41.476,44	-	100,00%
TOTAL	-	-	

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 7. As outras Variações aumentativas apresentaram aumento de 17,87%, equivalente a **R\$ 115,2** milhões, concentrado no item Reversões de provisões e Ajustes de perdas, no montante de **R\$ 20,1 milhões**, decorrente da reversão de provisões e perdas ocorridas em 2023, principalmente, devido as mudanças na base cadastral, na meta atuarial e método financeiro.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	20.143.921,94	-	100,00%
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	115.692.373,23	115.241.099,48	0,39%
TOTAL	135.836.295,17	115.241.099,48	17,87%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 8. As variações patrimoniais diminutivas tiveram um aumento 0,64%, equivalente a **R\$ 14,7 milhões**, sendo que o grupo que mais contribuiu para esse resultado foi o da Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporações de Passivos com um aumento de **R\$ 72,1 milhões**, seguido da Desincorporação de Imobilizado no montante de R\$ 2,9 milhões, observa-se ainda a redução do item Outras Variações Patrimoniais Diminutivas no montante de **R\$ 537,3 milhões**.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
PESSOAL E ENCARGOS	1.550.997.350,98	1.216.458.827,78	27,50%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	366.012.730,02	244.436.709,90	49,74%
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	76.992.563,50	53.839.437,83	43,00%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	-	-	-
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INC.PASSIVOS	72.956.613,56	767.522,63	9405,47%
TRIBUTARIAS	873.331,62	232.731,97	275,25%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	236.888.550,26	774.219.705,80	-69,40%
TOTAL	2.304.721.139,94	2.289.954.935,91	0,64%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 9. A despesa com Pessoal e encargos, teve um aumento de **R\$ 334,5 milhões**, esse aumento foi decorrente da concessão da revisão geral anual – RGA, e da alteração das leis de carreira, conforme já mencionado anteriormente.

DVP 10. Em relação as provisões de férias e 13º salário, importante destacar que foram feitos ajustes nas provisões de férias de forma a corrigir eventuais inconsistências nos valores registrados.

PESSOAL E ENCARGOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.277.684.742,02	1.009.204.296,90	26,60%
ENCARGOS PATRONAIS	259.926.350,74	202.921.657,25	28,09%
BENEFÍCIOS A PESSOAL	-	-	-
OUTRAS VAR. PATR. DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	13.386.258,22	4.332.873,63	208,95%
TOTAL	1.550.997.350,98	1.216.458.827,78	27,50%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 11. Os benefícios previdenciários e assistenciais tiveram crescimento de 49,74%, equivalente a **R\$ 121 milhões**, sendo que item Aposentadorias e Reformas aumentou **R\$ 96 milhões**, porém o item outros benefícios previdenciários e assistenciais reduziram em 100% se comparado ao exercício de 2022.

Rua 2, 308-390 - Centro Político Administrativo – Cuiabá – Mato Grosso – CEP: 78050-970 - Anexo Antônio Arruda



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTÊNCIAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
APOSENTADORIAS E REFORMAS	298.696.266,81	202.077.356,13	47,81%
PENSOES	67.316.463,21	42.156.635,55	59,68%
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTÊNCIAS	-	202.718,22	-100,00%
TOTAL	366.012.730,02	244.436.709,90	49,74%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 12. O grupo de uso de bens, serviços e consumo aumentou em 30,07%, representando em termos nominais **R\$ 23 milhões**, sendo que item serviços de terceiros pessoa jurídica foi o responsável pelo aumento, apresentando o acréscimo de **R\$ 11 milhões**, seguido da Depreciação, Amortização no montante de **R\$ 10 milhões**.

USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	8.475.916,98	7.067.266,75	16,62%
SERVICIOS	32.474.765,33	20.855.990,26	35,78%
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTAO	36.041.881,19	25.916.180,82	28,09%
TOTAL	76.992.563,50	53.839.437,83	30,07%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 13. No grupo de transferências e delegações concedidas houve uma redução de R\$ 61 mil, equivalente a 100%, de redução no grupo.

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.301.929.433,71	-
TOTAL	3.301.929.433,71	-

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 14. O grupo de desvalorização e perda de ativos apresentou um crescimento de 9414,17%, no montante de **R\$ 73 milhões** aumento concentrado no item desincorporação de ativos,

DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
PERDAS INVOLUNTARIAS	1.022,90	1.662,27	-38,46%
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	73.022.364,06	765.860,36	9434,68%
TOTAL	73.023.386,96	767.522,63	9414,17%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 15. A variação patrimonial diminutiva tributária aumentou em R\$ 640,5 mil, todo o aumento está concentrado no item impostos, refletindo o aumento do



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

reconhecimento patrimonial da despesa relativa aos tributos federais, em especial ao PASEP, que aumenta proporcionalmente ao aumento da receita.

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA TRIBUTÁRIA			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
IMPOSTOS	873.331,62	232.731,97	275,25%
TOTAL	873.331,62	232.731,97	275,25%

FORNTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 16. As demais variações patrimoniais diminutivas tiveram um decréscimo de **R\$ 537,3** milhões, representando 69,40%, em decorrência da redução do item VPD de constituição de provisões no valor de **R\$ 501,8** milhões em razão das provisões matemáticas Previdenciárias de longo prazo.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
PREMIAÇÕES	46.434,00	-	
INCENTIVOS	206.335,99	215.105,43	-4,08%
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	34.001.769,06	535.817.827,42	-93,65%
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	202.634.011,21	238.186.772,95	-14,93%
TOTAL	236.888.550,26	774.219.705,80	-69,40%

FORNTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 17. O resultado patrimonial do exercício foi superavitário em **R\$ 95,6** milhões, pois apesar das transferências recebidas ter apresentado um aumento de outro norte houve a redução expressiva das outras variações patrimoniais no percentual negativo de -69,40%, o qual equivale ao de valor R\$ 537 milhões.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	
DESCRIÇÃO	31/12/2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	2.400.345.970,51
CONTRIBUIÇÕES	329.361.103,60
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS.	15.477.009,13
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.919.503.557,09
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINC.DE PASSIVOS	168.005,52
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	135.836.295,17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	2.304.721.139,94
PESSOAL E ENCARGOS	1.550.997.350,98
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	366.012.730,02
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	76.992.563,50
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	-
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INC. PASSIVOS	72.956.613,56
TRIBUTARIAS	873.331,62
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	236.888.550,26
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	95.624.830,57

Fonte: FIPLAN/FIP 215

ANEXO 17 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE – DDF:

DDF 1. A posição das contas entre o anexo 17 e o saldo do Passivo Financeiro, apresentado no Balanço Patrimonial, no Quadro dos Ativos e Passivos financeiros e Permanentes é equivalente, de forma que ambos apresentam o valor de **R\$ 234,3 milhões**.

DDF 2. Os restos a pagar, nesse demonstrativo, são apresentados em separado os restos a pagar principal das consignações. As consignações são demonstradas dentro do grupo “DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES”.

DDF 3. Na coluna de inscrição consta o total de RP processados em inscrição no montante de **R\$ 215,2 milhões**, sendo que **R\$ 211,3** na linha RP do exercício e **R\$ 3,9 milhões** na linha consignações do exercício. Já os restos a pagar não processados constam na linha RP não processados do exercício, no montante de **R\$ 1,9 milhões**.

DDF 4. Conforme quadro resumo no exercício de 2023 não houve o cancelamento de restos a pagar não processados.

DDF 5. No exercício de 2020 foi desenvolvido o relatório FIP 631 - Demonstrativo dos Cancelamentos de Restos a Pagar Liquidados, com o objetivo de evidenciar as motivações para o cancelamento de Restos a pagar processados, evidenciando que não houveram cancelamentos, pelo Tribunal de Justiça, de RP processados.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO - SAGE/SGFAZ
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



03101-TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Fl nº 031 - Demonstrativo dos Cancelamentos de Restos a Pagar Liquidados
ITEM Nº 16 - IN TCE 03/2005
MES/ANO: Dezembro/2023

Não houve movimentação no período.

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA – DFC:

DFC 1. A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC demonstra os montantes de entradas e saídas de dinheiro no caixa durante o exercício e o resultado desse fluxo. Assim, a DFC apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxo operacional, de investimento e de financiamento.

DFC 2. A DFC foi elaborada de acordo com a NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IPC 08;

DFC 3. Na DFC são incluídos os fluxos de caixa extraorçamentários, considerando que, em observância ao princípio de unidade de caixa.

DFC 4. Em Mato Grosso a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”, apurado no Balanço Financeiro, de forma que em 2023, o resultado apurado foi positivo em **R\$ 110,9** milhões, representando um aumento de **R\$ 22,5** milhões, em relação ao mesmo período de 2022, assim a DFC do Tribunal somente apresentou movimento no fluxo das atividades operacionais.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	AH
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	110.906.624,74	88.386.896,88	25,48%
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-	-	0,00%
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-	0,00%
TOTAL	110.906.624,74	88.386.896,88	25,48%

FONTE: FIPLAN/DFC

DFC 5. No fluxo das atividades operacionais, onde fica evidente a capacidade do órgão em financiar suas atividades correntes sem recorrer a fontes externas de financiamento, o Tribunal de Justiça apresentou um acréscimo de 25,48%, equivalente a **R\$ 22,5** milhões no exercício de 2023, se comparado com o exercício anterior, totalizando um fluxo positivo, em 31 de dezembro, de **R\$ 110,9** milhões.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DFC 6. Enquanto os ingressos operacionais cresceram **R\$ 441,3** milhões os desembolsos operacionais cresceram **R\$ 315,5** milhões, gerando um acréscimo no fluxo de caixa líquido operacional de **R\$ 125,8** milhões de 2022 para 2023.

DFC 7. O crescimento dos ingressos, no valor de **R\$ 125** milhões, foi impulsionado pelo aumento da receita de contribuições que cresceram **R\$ 96,3** milhões conjugado com outros ingressos operacionais que tiveram acréscimo de **R\$ 333** milhões, em decorrência do aumento das transferências financeiras. Destaque também para Outras Receitas Derivadas e Originais que apresentou crescimento de **R\$ 15,7** milhões.

DFC 8. Destaca-se na parte dos desembolsos o crescimento de **R\$ 297,1** milhões de despesas de pessoal, em relação ao exercício de 2022, aumento esse devido ao pagamento à concessão do RGA e de aumentos salariais, e o crescimento de **R\$ 24,2** milhões nas transferências concedidas.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
Ingressos (I)	2.185.287.472,86	1.743.944.426,54	25,31%
Receita da Contribuições	361.767.733,09	265.446.140,28	36,29%
Remuneração das disponibilidades	15.477.009,13	20.124.621,67	-23,09%
Outras Receitas Derivadas e Originais	17.335.838,95	1.538.456,79	100,00%
Outros ingressos operacionais	1.790.706.891,69	1.456.835.207,80	22,92%
Desembolso (II)	1.971.076.916,10	1.655.557.529,66	19,06%
Pessoal e demais despesas	1.750.709.525,74	1.453.591.381,34	20,44%
Transferências concedidas	220.367.390,36	177.348.727,11	24,26%
Outros desembolsos operacionais	-	24.617.421,21	-100,00%
TOTAL (III = I - II)	214.210.556,76	88.386.896,88	142,36%

FONTE: FIPLAN/DFC

DFC 9. Os outros ingressos operacionais, representados pelas transferências financeiras recebidas e movimentações extraorçamentárias tiveram um crescimento de 20,65%, totalizando **R\$ 300,8** milhões, sendo **R\$ 251,8** milhões impactado pelo aumento das transferências financeiras reflexo do excesso de arrecadação.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
Transferência Financeira	1.680.623.610,93	1.428.757.858,01	17,63%
Movimento Extraorçamentário	77.110.540,37	28.077.349,79	174,64%
TOTAL	1.757.734.151,30	1.456.835.207,80	20,65%

FONTE: FIPLAN/DFC

DFC 10. Os outros desembolsos operacionais, compostos das transferências financeiras concedidas no âmbito do Estado e das movimentações extraorçamentárias, tiveram um acréscimo de 187,82%, representando em valores nominais um aumento de R\$ 46 milhões, em detrimento exclusivamente do movimento extraorçamentário.

DFC 11. O aumento de R\$ 46,2 milhões em relação a 2022, no movimento extraorçamentário, foi em decorrência do crescimento dos depósitos de diversas origens.

OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	%
Transferência Financeira	-	-	
Movimento Extraorçamentário	70.854.096,77	24.617.421,21	187,82%
TOTAL	70.854.096,77	24.617.421,21	187,82%

FONTE: FIPLAN/DFC

É o relato.

Atenciosamente,

SUZAN MIRIAN DOS
SANTOS GALVAO:4043

Assinado de forma digital por
SUZAN MIRIAN DOS SANTOS
GALVAO:4043
Dados: 2024.02.29 12:55:10 -04'00'

SUZAN MIRIAN DOS SANTOS GALVÃO
Contador CRC Nº 009310/O-7/MT